

1.2 Quebra de contrato e validade de contratos

1.2.1 Quebra de contrato

Uma vez que um contrato é celebrado, ele chama à execução ambas as partes (lembre-se que se apenas uma parte não tem obrigações, o acordo não tem consideração).

O que acontece quando uma das partes não executa sua parte? Isso é conhecido como "quebra de contrato" e geralmente desencadeia uma série de correções, cujos detalhes dependem do conteúdo do acordo.

De um modo geral, os contratos prevêm procedimentos e mecanismos de resolução de litígios pormenorizados. Essas disposições podem abranger, entre outras coisas, os seguintes tópicos: (a) notificar obrigações em caso de quebra; (b) períodos de reparo; (c) perdas e danos; (d) fóruns de resolução de litígios (por exemplo, tribunal vs. arbitragem); e (e) qual lei irá reger.

A fim de acelerar a negociação destes vários itens, advogados corporativos, incluindo aqueles em ligas e outros órgãos governamentais esportivos, criarão "formas" que podem servir como modelo para uma determinada transação (por exemplo, contratos uniformes de jogadores).

1.2.2 Notificação e reparação

Contratos muitas vezes podem abranger centenas de obrigações, grandes e pequenas, muitas das quais exigem relatórios financeiros detalhados. Se você estivesse administrando um desses contratos, você teria que saber se inadvertidamente quebrou uma de suas centenas de obrigações. Você também teria que saber de antemão se à outra parte foi dada o direito de rescindir do acordo cuidadosamente negociado ou, pior ainda, processá-lo por danos.

Inclua a provisão de notificação e reparação, uma cláusula padrão que agora aparece em quase todos os acordos modernos escritos:

Padrão, Notificação e Reparação A Parte A terá o direito de rescindir o presente Acordo mediante notificação por escrito à

Parte B se a Parte B não cumprir ou respeitar qualquer termo material ou condição deste Acordo e não solucionar tal falha no prazo de (X) dias úteis após a entrega da notificação por escrito à Parte B indicando tal falha ou falhas.

Vamos examinar esta cláusula mais de perto. Isso significa que, se a Parte B violar o Contrato, ela não se expõe automaticamente a uma ação judicial ou rescisão (mais sobre rescisão abaixo na Seção 1.3.4).

Em vez disso, a Parte B tem direito tanto à notificação de sua alegada quebra quanto à oportunidade de remediar sua alegada quebra antes que a Parte A possa tomar alguma medida (por exemplo, rescindir o acordo e processar a Parte B por danos).

O exemplo acima é a forma mais básica de uma provisão de notificação e reparação. À medida que a situação cresce, os acordos tendem a se tornar muito mais detalhados, já que devem levar em conta mecanismos mais complexos. Como esses acordos são elaborados por advogados esportivos, as disposições de notificação e reparação são muitas vezes amplamente negociadas.

Questões que podem ser negociadas em conexão com uma provisão de notificação e cura incluem, mas não estão limitadas às seguintes:

Se os direitos de rescisão podem ser desencadeados por qualquer quebra, ou apenas uma "quebra material";

Que tipo de quebra é "material" versus "imaterial";

A duração do período de reparação;

Que soluções, se houver, estão disponíveis no caso de uma infração ser cometida, mas reparada dentro do período de aviso prévio;

O que acontece quando uma quebra não pode ser reparada;

Que tipo de violação constitui uma "quebra irreparável";

Se uma quebra de representação e garantia é tratada de forma diferente do que uma falha de execução; e

Se um período de reparo deve ser estendido se uma parte está fazendo esforços razoáveis para reparar, mas é incapaz de fazê-lo dentro do prazo prescrito.

Aqui está um exemplo de um acordo mais robusto:

A falha da Parte X em executar ou cumprir qualquer termo ou condição deste Contrato, ou violação de qualquer declaração ou garantia feita pela Parte X neste Contrato e a continuação de tal falha ou quebra por um período de noventa (90) dias após notificação por escrito pela Parte Y especificando tal falha ou quebra; desde que, se a Parte X tiver tomado medidas razoáveis para reparar tal falha ou quebra dentro desse período de noventa (90) dias, mas a falha for de um tipo ou caráter que não seja razoavelmente suscetível a reparo dentro desse período de noventa (90) dias de outra forma e possa ser redimida pela Parte X com esforços razoáveis, então a Parte X terá o tempo adicional que for necessário (não exceder um período adicional de noventa (90) dias) para efetuar tal reparo.

1.2.3 Rescisão

Os acordos escritos geralmente têm um prazo fixo (por exemplo, 1 ano). Quando o termo chega ao fim, diz-se que o contrato "expirou".

No entanto, os contratos nem sempre expiram. Eles também podem ser encerrados antes da conclusão do prazo, dependendo das circunstâncias.

Quase todos os acordos podem ser rescindidos "por quebra". Em outras palavras, se uma das partes viola e não corrige a sua quebra, a outra parte é dispensada de execução e pode rescindir o contrato.

Outros acordos oferecem direitos de rescisão mais amplos, conhecidos como "rescisão por conveniência". Se um contrato oferece a uma parte a possibilidade de rescindir por conveniência, esta parte tem o direito, a qualquer momento e por qualquer motivo, de rescindir o contrato. Este é frequentemente o caso do emprego "sem vínculo", pelo qual uma das partes concorda em trabalhar para outra, por uma taxa acordada, entendendo-se que o empregador pode rescindir o contrato de trabalho a qualquer momento e por qualquer motivo.

Diferentes ligas esportivas abordam os contratos de emprego de jogadores de sua própria maneira original. A Liga Nacional de Futebol permite que a equipe encerre muitos contratos de jogadores (os jogadores são "dispensados") sem ter que pagar o restante do salário desse jogador. Em outras palavras, os dólares nem sempre são "garantidos", independentemente de o contrato do jogador for rescindido. Claro, quase

tudo é negociável, e, portanto, os jogadores excepcionalmente talentosos podem exigir grandes quantidades de compensação garantida.

Muitos outros esportes, incluindo MLB, NBA e contratos de futebol internacionais quase sempre prevêm contratos totalmente garantidos, pelo qual o jogador tem a garantia de todo o seu contrato, independentemente de o contrato ser rescindido ou concluído.

Se os contratos são garantidos ou não, essa é uma questão geralmente determinada pelo órgão regulador aplicável - mais informações sobre isso mais tarde - e depende de uma série de fatores, incluindo o tamanho da equipe, limites salariais e poder de negociação sindical.

1.2.4 Danos/Quebra eficiente

De acordo com o direito contratual norte-americano, uma quebra de contrato nem sempre dá a uma parte o direito de processar o contratado.

Existem, no entanto, sistemas jurídicos europeus em que não são exigidos danos para sustentar uma ação judicial contra a parte que viola. Como explicado por von Bar e Drobnig:

Na lei inglesa, a quebra de contrato como questão teórica não exige que uma perda seja passível de ação. O credor na obrigação violada tem sempre direito a danos nominais, o que significa um montante nominal para representar o fato da quebra. Em casos apropriados, uma ordem para o desempenho específico, ordenando a parte em uma violação para executar suas obrigações, está alternativamente disponível. No entanto, o tribunal tem um amplo poder discricionário no que diz respeito a executar tais ordens, enfatizado pela posição técnica que eles veem como um remédio secundário disponível apenas quando a adjudicação de danos não resultar em uma resposta adequada da lei. Na prática, uma vez que a indenização por danos nominais não vai ser solicitada por um requerente, o direito inglês teve de considerar se, para obter mais do que danos nominais, deve haver uma perda e, conseqüentemente, o que será considerado uma perda para que isso seja possível. (Von Bar Drobnig, 2004).

Em contraste com a lei inglesa de reparação de danos nominais para remediar o "fato de quebra", os fundamentos de livre mercado do direito contratual norte-americano produzem um resultado completamente diferente: uma quebra de contrato é perdoada - e até encorajada - se é uma quebra eficiente, ou, em outras palavras, se as partes estiverem em melhor situação depois da violação do que antes.

Por exemplo, um senhorio tem dois prédios de escritórios, Edifício A e Edifício B. São edifícios idênticos adjacentes um ao outro. O senhorio tem apenas um inquilino no Edifício A, uma agência de marketing esportivo que tem um contrato de 5 anos. Um comprador oferece-lhe US\$10MM pelo edifício A, mas somente se ele estiver vazio. Da noite para o dia, o senhorio quebra o contrato da agência de marketing e move todo o seu escritório do Edifício A para um escritório idêntico no Edifício B. Com o lucro da venda, o senhorio também fornece à agência de marketing US\$100.000 como um incentivo à mudança. O proprietário quebrou o contrato de arrendamento? Sim. A agência sofreu quaisquer danos? Possivelmente, não. Eles estão melhor do que estavam se o contrato tivesse sido cumprido e, portanto, não podem processar seu senhorio por danos.

Isso é o que se conhece como uma quebra eficiente.

Referências

Davis, T. (2011). What Is Sports Law? 11 Marq. Sports L. Rev. 211, 211-12. Acessado em 29/01/17 em: <https://goo.gl/8yMo9d>.

Mitten, M., (undated ABA publication). What Is Sports Law and Who Is a Sports Lawyer? Acessado em 29/01/17 em: <https://goo.gl/vZ2aMo>

Schnell vs. Nell, 17 Ind. 29 (Indiana 1861)

American Law Institute. (1979). Restatement 2d. of Contracts Washington, D.C

See, e.g., Hanzus, D. (2016). What is the Legal Tampering Period? Acessado em 29/01/17 em: <https://goo.gl/t67cSU>. Ver também Aschburner, S. (2015). Jordan Isn't First Player to Waffle Over Verbal Agreement. Acessado em 29/01/17 em: <https://goo.gl/kmHZvq>.

Von Bar and Drobnig (2004). The Interaction of Contract Law and Tort and Property Law in Europe.